



EESC Info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

June 2022 | PT

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	GA	HR	IT	LV	LT	HU	MT
NL	PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV								

EDITORIAL



Editorial

O princípio da igualdade de género na elaboração do orçamento da UE

Os orçamentos não são neutros. Podem ser indicadores do empenho em ir ao encontro das necessidades das mulheres, por exemplo, e alcançar a igualdade de género.

Foi por esta razão que a Comissão dos Assuntos Financeiros e Orçamentais do CESE decidiu proceder a uma análise minuciosa da orçamentação sensível ao género. Mas do que se trata realmente? Trata-se de integrar a dimensão da igualdade de género na elaboração e execução do orçamento. Tal significa promover a responsabilização e a transparência no que respeita ao impacto potencial na igualdade de género das decisões em matéria de despesa, identificando os grupos-alvo

de beneficiários para evitar a discriminação ou a desigualdade na execução das diferentes políticas e medidas. Esta metodologia permite compreender melhor os diferentes impactos nas mulheres e nos homens da distribuição das receitas e das despesas pelas políticas dos diferentes órgãos, instituições e governos. Esse entendimento pode contribuir para uma utilização dos recursos públicos que aumente a eficácia e a eficiência dos orçamentos e das políticas.

A orçamentação sensível ao género assenta no compromisso da UE de integrar a dimensão de género em todas as políticas, tendo o Parlamento Europeu e o Conselho apelado reiteradamente aos Estados-Membros para que adotem e apliquem essa abordagem. A Comissão Europeia está extremamente empenhada na aplicação de uma metodologia que permita avaliar o impacto no género das despesas de todo o orçamento da UE.

Num estudo realizado a pedido da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, é recomendado ao Parlamento, à Comissão e ao Conselho que adotem medidas no sentido de integrar o princípio da igualdade de género na elaboração do orçamento da UE. O Parlamento Europeu adotou uma resolução em que demonstra o seu empenho na orçamentação sensível ao género, igualmente com o objetivo de influenciar outras instituições da UE a enveredarem por esta via no futuro.

Estou convencida de que o Comité Económico e Social Europeu está idealmente posicionado para seguir essa recomendação. É evidente que o Parlamento Europeu poderia utilizar os debates orçamentais e de quitação orçamental em plenária para apelar para esse objetivo. A inclusão da orçamentação sensível ao género no orçamento e a sua execução pelas instituições europeias exigirão inevitavelmente empenho político e medidas legislativas. Ponderaremos de forma séria a possibilidade de nós, enquanto instituição consultiva representativa das organizações da sociedade civil, podermos ser parte desse processo estratégico importante.

Giulia Barbucci, vice-presidente do CESE responsável pelo Orçamento

AGENDA

20 de junho de 2022, Bruxelas

Conferência «Uma Só Saúde»

6 de julho de 2022, Bratislava, Eslováquia

O Estado de direito: porque devemos dar-lhe importância?

13 e 14 de julho de 2022, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

31 de julho de 2022, às 10 horas (hora de Bruxelas)

Prémio para a Sociedade Civil: criar um futuro melhor para os jovens e ajudar as vítimas da guerra na Ucrânia - prazo de candidaturas



DA UCRÂNIA, RUMO AO DESCONHECIDO

Kolya vive sozinho com o gato da família no seu apartamento do centro de Irpin, em parte destruído pelos bombardeamentos das forças aéreas russas. O resto da família fugiu para França, mas ele decidiu ficar para proteger a casa e os bens, afirma. Mostrou-nos com orgulho as fotografias dos filhos e as medalhas de *ballet* e *taekwondo* com que foram premiados, acrescentando que tem a certeza de que se reunirá com eles em breve, «assim que esta situação terminar».

Costas Constantinou é chefe de redação do jornal cipriota «Politis». Viajou para a Ucrânia em março, e novamente em abril, para cobrir a guerra, a crise dos refugiados e a luta dos cidadãos comuns pela sobrevivência na Ucrânia. Agradecemos a **Costas Constantinou** por ter immortalizado estes momentos em fotografia. (ks)



DIRETO AO ASSUNTO

Na nossa rubrica «Direto ao assunto», os membros do CESE partilham os seus pontos de vista sobre temas importantes da agenda europeia.

Alena Mastantuono é um dos relatores do parecer sobre a Comunicação – REPowerEU: ação conjunta europeia para uma energia mais segura e mais sustentável a preços mais acessíveis, subordinado ao tema da segurança do aprovisionamento energético, adotado pelo CESE

na reunião plenária de maio. Hoje, especialmente para os nossos leitores, **Alena Mastantuono** aborda o novo pacote REPowerEU, apresentado pela Comissão Europeia em 18 de maio de 2022. (ehp)



A EUROPA E A ROLETA-RUSSA

A ameaça do Kremlin de cortar o fornecimento de gás russo aumenta a pressão sobre a Europa. À semelhança da Polónia e da Bulgária, a Finlândia, a Dinamarca e os Países Baixos juntaram-se à lista de países em conflito com o Governo russo e que viram cortado o seu abastecimento de gás.

Em 18 de maio, a Comissão Europeia apresentou o plano REPowerEU, com uma dotação de 300 mil milhões de euros, que visa eliminar a dependência de energia importada da Rússia até 2027. Os governos da UE estão à procura de soluções para substituir rapidamente a energia importada da Rússia. Estão a acelerar a implantação de energias renováveis e a investir somas avultadas para construir as infraestruturas necessárias à importação de gás natural liquefeito e para constituir reservas de gás. Procuram também domínios em que é possível poupar energia e substituir o gás. Enquanto isso, o relógio não para e ninguém

sabe quem será o próximo alvo no jogo da roleta-russa. A situação é, sem dúvida, extremamente grave e exige uma ação sem precedentes.

A realização de investimentos extraordinários em infraestruturas e na implantação de energias renováveis afigura-se difícil, especialmente num contexto em que as economias estão a recuperar da COVID-19. Cada euro gasto tem de ser gerado por uma economia a braços com uma inflação elevada, ou tem de ser pedido emprestado, o que também tem um preço e contribui para o risco de endividamento. Ao mesmo tempo, as regras do mercado significam que, a par de uma procura mais elevada, os preços também estão a aumentar. Além disso, os custos adicionais de proteção e segurança ocasionados pela guerra ameaçam fazer subir ainda mais os preços da energia. Outro desafio atual é a perturbação das cadeias de abastecimento, que está a dificultar a implantação de energias renováveis.

A fim de acelerar a utilização de tecnologias limpas, o plano REPowerEU centra-se, com razão, na aceleração dos procedimentos de autorização, considerando de «interesse público superior» os novos projetos de energia eólica e solar. O plano preconiza igualmente, em consonância com o parecer do CESE sobre a Comunicação relativa ao REPowerEU, a introdução de zonas «preferenciais» a nível nacional em zonas de baixo risco ambiental. Ao mesmo tempo, propõe o reforço da meta da UE em matéria de energias renováveis para 45% até 2030, em vez da meta de 40% apresentada no ano passado, e o reforço da meta de eficiência energética, passando do objetivo de 9%, proposto em julho de 2021, para 13%. Propõe igualmente a obrigatoriedade de instalação de painéis solares nos edifícios públicos e edifícios de habitação novos até 2025 e 2029, respetivamente. Face à situação atual do mercado, torna-se evidente que é tecnicamente impossível alcançar estas metas. É salutar ter ambição, mas devemos perguntar-nos se as nossas metas são realistas e credíveis.

A Comissão assinala igualmente no plano que tornar os países independentes da energia importada da Rússia conduzirá a preços da energia mais elevados e mais voláteis na Europa. A situação exige medidas temporárias específicas nos Estados-Membros, que limitem tanto quanto possível a distorção do mercado da UE, ou medidas a nível da UE que não coloquem em risco os esforços de descarbonização nem o aprovisionamento energético. Em suma, as intervenções no mercado correm o risco de pôr em causa objetivos a mais longo prazo, pois criarão incerteza para os investidores e desincentivarão a descarbonização do setor da energia.

O mercado da eletricidade europeu provou que pode funcionar adequadamente para evitar insuficiências no abastecimento de eletricidade ou mesmo apagões em certas zonas. A solidariedade entre os Estados-Membros no mercado da eletricidade da UE será crucial na perspetiva não só do próximo inverno, mas também da próxima ronda no jogo da roleta-russa.

Alena Mastantuono, membro do CESE

«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

Nesta secção, convidamos membros do CESE a responder a uma pergunta sobre um tema da agenda europeia que considerem importante.

Na sua reunião plenária de maio, o Comité adotou a Resolução - Como melhorar a participação da sociedade civil organizada nos planos nacionais de recuperação e resiliência? **Luca Jahier** é um dos três relatores da resolução, em conjunto com Gonçalo Lobo Xavier e Javier Doz Orrit.

Convidámos **Luca Jahier**, antigo presidente do Comité Económico e Social Europeu (2018-2020) e atual vice-presidente do Grupo do Semestre Europeu, a responder a uma pergunta sobre este tema. (ehp)



Luca Jahier: Planos nacionais de recuperação e resiliência continuam a avançar

CESE Info: Qual é a sua opinião sobre o estado de aplicação dos planos nacionais de recuperação e resiliência nos Estados-Membros?

Luca Jahier: Há um ano, o processo de aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ainda estava no início e eram pouquíssimos os países que tinham feito progressos na elaboração dos seus planos nacionais.

Antes de mais, era necessário destacar a importância – e monitorizar a aplicação – do artigo 18.º do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, segundo o qual os Estados-Membros são obrigados a assegurar a participação das organizações da sociedade civil, dos parceiros sociais, dos poderes locais, das universidades e das outras partes interessadas nas fases de elaboração, execução e acompanhamento dos planos.

Este ano, 26 países ultimaram os seus planos (os Países Baixos estão prestes a fazê-lo) e, com a exceção de dois países, explicada pelo mecanismo de condicionalidade do Estado de direito, todos os outros planos já foram aprovados, estando muitos deles na fase de execução. Alguns dos planos foram completamente finalizados, receberam uma avaliação positiva da UE no primeiro semestre de execução e avançam rapidamente no segundo semestre. Como tal, neste momento, dispomos de muito mais elementos sobre a aplicação do artigo 18.º do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e, em geral, a sociedade civil organizada avaliou de forma favorável o conteúdo final dos planos nacionais de recuperação e resiliência.

Embora existam diferenças quanto ao nível de qualidade da participação da sociedade civil organizada nos vários Estados-Membros, que, nalguns casos é mínima, foram identificadas também boas práticas. Por exemplo, na Áustria, França, Luxemburgo, Espanha e Suécia, existe uma cooperação estreita e construtiva com os governos, reforçada pela transparência e pelo diálogo contínuo. Na República Checa, Estónia, Finlândia, Itália e Espanha, foi criado um sítio Web ou um portal governamental dedicado ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência com informações transparentes acessíveis ao público. Em Itália, em novembro de 2021, constituiu-se uma mesa-redonda permanente para a parceria a nível governamental, coordenada pelo presidente do Conselho Económico e Social Italiano. Na Croácia, a sociedade civil organizada participa na preparação dos concursos públicos para a execução do plano nacional de recuperação e resiliência. Por último, em Portugal, foi criada a Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência, composta, entre outros, por representantes dos parceiros sociais, do meio académico e do setor social.

Desta forma, em primeiro lugar, podemos concluir que importa continuar a insistir nesta questão e convidar os Estados-Membros a retirar lições de experiências positivas e a seguir as boas práticas identificadas. Em segundo lugar, podemos confirmar que a participação de elevada qualidade, eficaz e contínua das organizações da sociedade civil na governação económica dos Estados-Membros deve basear-se em normas jurídicas, bem como em procedimentos públicos e transparentes, garantidos por uma diretiva ou regulamento da UE.

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



O convidado surpresa

Todos os meses, nesta coluna, convidamos os nossos leitores a descobrir uma personalidade cujo trabalho e empenho são uma fonte de inspiração e cuja coragem, força de caráter e determinação são um exemplo brilhante, demonstrando uma valentia digna de respeito. Este mês, o nosso convidado é **Kostas Onisenko**.

Kostas Onisenko trabalha há 20 anos como jornalista para os meios de comunicação social, imprensa e televisão da Grécia. Desde 2014, faz a cobertura da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e há cinco anos que vive em Kiev, de onde envia artigos para vários meios de comunicação social gregos. Ao mesmo tempo, através das suas páginas nas redes sociais, Onisenko informa regularmente o público grego sobre a evolução da situação na Ucrânia.



«Objetividade» ou «ética» na cobertura da guerra na Ucrânia?

Desde a Guerra do Vietname, a comunidade jornalística mundial tem tendido para uma cobertura imparcial das guerras, ou seja, sem expressar apoio a nenhuma das partes beligerantes. Contrariamente à prática anterior, em que o jornalista era integrado nas forças armadas de um país, esta nova prática foi considerada um enorme progresso no sentido da objetividade. Tal foi possível, como é óbvio, graças ao desenvolvimento económico dos meios de comunicação, mas também ao facto de a maior parte dos conflitos ter tido lugar «longe» da sede das grandes empresas de comunicação social. Eram guerras «estrangeiras», pelo que era relativamente fácil para os jornalistas manterem uma distância emocional. A guerra na Ucrânia pôs em causa este princípio e poderá, num futuro próximo, provocar alterações significativas no funcionamento global dos meios de comunicação e na sua relação com a sociedade e o Estado.

Do ponto de vista da comunicação, a guerra na Ucrânia, que começou com a invasão da Crimeia pela Rússia em 2014, tem estado marcada pela mentira desde o início. Os meios de comunicação social internacionais de grande e pequena dimensão divulgaram relatos sobre «neonazis que oprimiam a população russófona» na Ucrânia Oriental, dando ao Kremlin um pretexto para prosseguir com as suas atrocidades. A publicação destes relatos não se deveu tanto à incompetência dos meios de comunicação ocidentais como ao facto de o sistema de comunicação social «ocidental» não estar preparado para gerir uma tal vaga de desinformação, organizada e financiada por Moscovo, e à circunstância de Moscovo estar a tirar partido das liberdades do mundo ocidental para atacar essas mesmas liberdades.

Quando esta situação se tornou patente, em especial nos últimos três meses, uma grande parte dos jornalistas estrangeiros tomaram abertamente partido pela Ucrânia. Não só porque o país foi vítima de um ataque não provocado, mas também porque esses jornalistas

compreenderam que os princípios e os valores que estão na base da liberdade de expressão e o funcionamento da comunicação social (entre outros aspetos) também estão a ser atacados.

À primeira vista, esta escolha poderia ser vista como uma «obrigação» para a comunidade jornalística de manter a sua objetividade, da mesma forma que a representação de um violador e da sua vítima pode ser «objetiva» e «imparcial». Esta guerra veio demonstrar mais claramente do que nunca que manter a «neutralidade» entre a vítima e o agressor beneficia sempre este último.

O dilema também residia em ter de escolher entre objetividade e ética. Pode parecer estranho, mas a maior parte dos principais meios de comunicação social vê-se confrontada com este dilema. Se a «Europa» (pelo menos, como os ucranianos a compreendem) está preparada para defender as suas liberdades, mesmo que isso implique um controlo mais apertado das eventuais violações dessas liberdades.

Há oito anos que sociedade ucraniana, e em especial os jornalistas na Ucrânia, estão conscientes de que a Federação da Rússia (assim como qualquer potência que conspire contra os princípios e valores europeus a

partir de agora) considera que a nossa liberdade de expressão e a instituição da comunicação social podem ser usadas como armas de guerra. Uma guerra contra nós.

Apesar da invasão militar da Ucrânia, nos últimos oito anos os ucranianos também foram descritos como responsáveis ou corresponsáveis por esta situação. Foram apresentados como agressores, quando eram vítimas. Daí advieram consequências, nomeadamente para o desenrolar do próprio conflito, tais como menos sanções contra a Rússia, atrasos na entrega de armas à Ucrânia, etc. Esta situação parece agora estar a mudar, graças não só ao trabalho jornalístico que tem exposto as mentiras grotescas da Rússia como também ao facto de que muitos jornalistas estão a redescobrir o seu papel na sociedade. Não o papel de um canal de informação inerte, mas sim o de sistema nervoso central da sociedade, capaz de ajudar, entre outros, a dar resposta a uma questão fundamental: onde está o bem e onde está o mal?

Kostas Onishenko

Kostas Onishenko é um jornalista grego que vive e trabalha na Ucrânia enquanto correspondente da comunicação social grega.

NOTÍCIAS DO CESE



[Na sua intervenção na Plenária do CESE, Charles Michel defende uma comunidade geopolítica europeia que inclua a Ucrânia](#)

Na abertura da reunião plenária de maio, a presidente do CESE salientou que «unidos, temos de enfrentar as consequências da guerra na Ucrânia e os desafios geopolíticos que se avizinham. De referência na gestão de crises, a Europa deve passar a líder mundial na configuração do futuro».

«O Kremlin enganou-se quanto às suas próprias capacidades militares, à força da resistência ucraniana e à determinação e unidade europeias», declarou o presidente do Conselho Europeu, **Charles Michel**, que propôs uma nova abordagem para as negociações de alargamento.

Tendo em conta a evolução lenta das negociações com os países dos Balcãs Ocidentais e os novos pedidos de adesão da Ucrânia, da Geórgia e

da Moldávia, a UE deve adotar uma abordagem de «integração proporcionada e dirigida».

Segundo Charles Michel, «a solução passaria por uma integração gradual e progressiva durante o processo de adesão».

O presidente do Conselho Europeu referiu a criação de uma comunidade geopolítica europeia, à medida que a UE assuma uma maior liderança política. A política externa seria um domínio importante de cooperação nesta comunidade. «O objetivo é construir a convergência e aprofundar a cooperação operacional para enfrentar os desafios comuns e assegurar a paz, a estabilidade e a segurança do nosso continente», afirmou o presidente.

Não obstante, esclareceu que «esta iniciativa não pretende de forma alguma substituir o alargamento ou ser uma nova desculpa para o adiar, nem constitui uma garantia de que os participantes se tornarão um dia membros da UE». (at)



Sistema de migração holístico e coeso pode armar a Europa face a ameaças de ditadores e crises dos refugiados

Em resposta à instrumentalização dos migrantes nas fronteiras externas da UE por parte de Estados, o CESE realizou uma conferência sobre este tema, destacando a dinâmica subjacente à europeização da política de migração. Os dirigentes autoritários têm vindo a instrumentalizar o sofrimento humano para chantagear a Europa, pois estão cientes das lacunas da política europeia de migração.

A conferência intitulada Rumo à europeização da política de migração? Lições a reter da instrumentalização dos migrantes e da guerra na Ucrânia teve lugar no âmbito da reunião da Secção das Relações Externas (REX).

Cabe assinalar que a instrumentalização dos migrantes pelo regime bielorrusso não foi inédita, uma vez que também a Turquia, a Líbia e Marrocos já haviam sido responsáveis por abusos desta natureza.

Quanto à instrumentalização dos migrantes enquanto arma dos dirigentes autoritários, o vice-presidente da Promoção do Modo de Vida Europeu, **Margaritis Schinas**, afirmou que «a principal lição a retirar destas políticas é que continuaremos a ser um alvo enquanto não estabelecermos um sistema de migração comum e consensual».

A presidente do CESE, **Christa Schweng**, salientou que «a crise dos refugiados tornou claro que a migração afeta todos os Estados-Membros. A UE deve aproveitar esta dinâmica para avançar com o Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, a fim de introduzir a mudança sistémica necessária para desenvolver uma política da UE em matéria de asilo e migração racional e baseada nos direitos».

«Vivemos num momento dominado pela geopolítica. Da mesma forma que a pandemia nos uniu, esta guerra está a ter o mesmo efeito na opinião pública europeia, o que é muito importante», sublinhou o vice-presidente da Promoção do Modo de Vida Europeu, **Margaritis Schinas**. (at)



Repressão do diálogo com a sociedade civil não é admissível na UE

O Comité Económico e Social Europeu instou as instituições da UE a serem intransigentes em relação às atitudes e práticas dos Estados-Membros que entravam o trabalho da sociedade civil e reduzem o seu espaço de intervenção na Europa.

Para contrariar esta tendência, o CESE solicita à UE que adote uma série de medidas, como a retenção de fundos europeus destinados a países que não respeitam os valores da UE, a fim de assegurar a participação plena da sociedade civil em todas as fases da elaboração de políticas e preservar a democracia participativa na Europa.

No Parecer - [O papel das organizações da sociedade civil enquanto guardiãs do bem comum na recuperação após a pandemia](#), o CESE sustenta que a sociedade civil europeia ainda enfrenta uma série de

obstáculos importantes, vendo o seu espaço de ação drasticamente reduzido em algumas partes da UE, não obstante ter desempenhado um papel fundamental na atenuação dos efeitos da pandemia e de ter sido exemplar na ajuda prestada aos refugiados ucranianos desde o primeiro dia da agressão russa.

«A sociedade civil contribuiu de forma decisiva para que a nossa sociedade superasse a pandemia de COVID-19. Logo depois, foi a crise na Ucrânia a demonstrar claramente o valor e a importância da sociedade civil para as nossas democracias», defende o relator do parecer, **Ioannis Vardakastanis**.

A sociedade civil apresta-se agora a desempenhar um papel fundamental na recuperação dos efeitos devastadores da crise da COVID-19, um processo que exigirá a participação de todos os setores da sociedade. Cabe, portanto, à UE assegurar-se do diálogo entre a sociedade civil e os decisores políticos, tendo em conta que a ausência desse diálogo constitui um dos principais obstáculos enfrentados pela sociedade civil europeia a todos os níveis.

Outra dificuldade passa pela escassa participação da sociedade civil nos processos de decisão relacionados com políticas e legislação importantes.

No entender do CESE, as instituições da UE devem ser intransigentes perante estas atitudes e «reagir de forma firme e resoluta», uma vez que a inclusão da sociedade civil no processo de elaboração de políticas é indissociável dos valores e dos Tratados da UE. Cumpre adotar regulamentação vinculativa a nível europeu e nacional para pôr termo a este tipo de práticas.

As organizações da sociedade civil devem receber apoio financeiro e técnico das autoridades ao nível local, nacional e da UE para desempenharem o papel que se espera delas, sem, no entanto, comprometer a sua independência. (II)



Êxito da recuperação depende da participação sistemática da sociedade civil europeia

O CESE adotou uma nova resolução sobre a participação da sociedade civil organizada na execução e no acompanhamento dos planos nacionais de recuperação e resiliência (PRR). Uma consulta recente revela que, contrariamente ao disposto na regulamentação, a sociedade civil organizada não participa suficientemente nestes planos.

O CESE apela para a adoção de regras claras com vista a pôr fim, efetivamente, a essa situação e relançar a economia. No debate que antecedeu a adoção do parecer, a presidente do CESE, **Christa Schweng**, salientou que a participação da sociedade civil organizada nas reformas estabelecidas nos planos nacionais de recuperação e resiliência é indispensável para melhorar a qualidade, a transparência e a aplicação de novas políticas. **Gonçalo Lobo Xavier**, vice-presidente do Grupo do Semestre Europeu (GSE), partilhou algumas das principais conclusões da consulta.

«O conteúdo final dos PRR recebe, em geral, nota positiva da sociedade civil organizada. No entanto, a dimensão social não está, amiúde, suficientemente desenvolvida», salientou. O presidente do GSE, **Javier Doz Orrit**, apresentou as principais recomendações. Instou igualmente os Estados-Membros a «cumprirem urgentemente as regras estabelecidas no Mecanismo de Recuperação e Resiliência», e solicitou à Comissão Europeia e ao Parlamento Europeu que assegurassem a aplicação efetiva dessas regras. O vice-presidente do GSE, **Luca Jahier**, partilhou algumas boas práticas e afirmou que «a questão da falta de uma participação de qualidade e efetiva da sociedade civil organizada na governação económica da UE não será resolvida sem uma reforma do Semestre Europeu».

Valdis Dombrovskis, vice-presidente executivo da Comissão Europeia, que também participou no debate, salientou o impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia na recuperação económica mundial e na UE, bem como as medidas necessárias para amortecer esse impacto e seguir em frente. (tk)



Guerra na Ucrânia: um grande desafio para a política de coesão da UE, adverte o CESE

A política de coesão é fundamental para ultrapassar a crise da COVID-19, alcançar a neutralidade climática até 2050 e reduzir as disparidades na Europa. Neste contexto, um parecer recente do CESE adverte que a guerra na Ucrânia constitui o desafio mais sério para a política de coesão num futuro próximo.

Importa agir rapidamente para ajudar os refugiados e assegurar a integração europeia da Ucrânia. No parecer, o CESE manifesta também o seu firme apoio à adesão da Ucrânia à UE o mais rápido possível, solicitando que a política de coesão e os instrumentos financeiros associados sejam adaptados em conformidade.

Recomenda, nomeadamente, a criação de um fundo específico da UE que facilite a reconstrução e o desenvolvimento no pós-guerra. O parecer, adotado na reunião plenária de maio, analisa a comunicação da Comissão Europeia relativa ao relatório sobre a coesão: a coesão na Europa no horizonte de 2050.

O relatório da Comissão foi publicado duas semanas antes da invasão da Ucrânia pela Rússia, pelo que não teve em conta as suas repercussões. «A curto e médio prazo, a agressão da Rússia à Ucrânia, que, na verdade, é também uma agressão à União Europeia, constitui o maior desafio para a política de coesão», afirmou o relator, **Krzysztof Balon**. Por sua vez, o correlator, **Gonçalo Lobo Xavier**, acrescentou que «a política de coesão continua a ser um instrumento fundamental para a retoma e a resiliência da economia europeia, devendo ser dada especial atenção às PME». (tk)



[CESE apela para espaço Schengen aberto e seguro](#)

A guerra na Ucrânia com o seu fluxo sem precedentes de refugiados que procuram abrigo na UE revela a necessidade urgente de uma regulamentação europeia comum eficaz, humana e humanitária em matéria de migração e asilo, num espaço Schengen aberto mas também seguro. É isto, em síntese, o que defende o Comité Económico e Social Europeu (CESE) em parecer adotado na reunião plenária de maio.

«A agressão militar russa contra a Ucrânia é um fator de mudança. Do ponto de vista histórico, representa a maior ameaça de sempre ao funcionamento do espaço Schengen e à segurança da UE. Os acontecimentos terríveis na Ucrânia reafirmam a importância da segurança das fronteiras externas do espaço Schengen e da estabilidade, enquanto condição essencial para assegurar a segurança interna da Europa», afirmou **Krzysztof Balon**, relator do [Parecer – Pacote União da](#)

[Segurança/ pacote Schengen.](#)

Krzysztof Balon indicou que o CESE subscreve a posição da Comissão de que o encerramento das fronteiras entre países Schengen deve ser sempre temporário.

No parecer, em que se avalia o pacote apresentado recentemente pela Comissão para atualizar as regras de governação do espaço Schengen, o CESE declara que é possível responder melhor às preocupações de segurança dos Estados-Membros através da intensificação e do reforço da cooperação e da coordenação entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei do que com a reintrodução de controlos nas fronteiras internas.

O parecer destaca primordialmente a necessidade de assegurar que a UE e os Estados-Membros respeitam sempre a Carta dos Direitos Fundamentais nas políticas de gestão das fronteiras, da migração e do asilo, em especial a liberdade de circulação e de residência, assim como o direito de asilo e o princípio de não repulsão. O mesmo se aplica a todos os atos de cooperação judiciária e policial entre os Estados-Membros.

O CESE exorta os Estados-Membros a apoiarem o mecanismo de solidariedade e a partilharem as responsabilidades em matéria de gestão da migração de forma proativa, em conformidade com o disposto no Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo.

Os Estados-Membros podem desenvolver mecanismos de solidariedade mútua com base na Diretiva Proteção Temporária, acionada recentemente no contexto da agressão da Rússia contra a Ucrânia, iniciativa que o CESE muito aprecia. A Comissão deve ponderar a possibilidade de aplicar a referida diretiva a nacionais de países terceiros em futuras situações de crise urgentes e graves.

O CESE reitera ainda a sua preocupação com a contínua exclusão da Roménia, Bulgária, Croácia e Chipre do espaço Schengen e associa-se ao apelo da Comissão a uma ação rápida e decisiva do Conselho a este respeito. (II)



CESE saúda o tão esperado Plano de Ação para a Economia Social

O Comité Económico e Social Europeu entende que, para ser mais eficaz, o plano deveria ir mais longe em quatro domínios específicos, mas regozija-se com o facto de muitas das suas propostas terem sido tidas em conta.

No [parecer](#) adotado na reunião plenária de maio, o CESE aplaudiu o [Plano de Ação para a Economia Social](#) da Comissão Europeia, que retoma muitas das propostas apresentadas pelo Comité ao longo de mais de uma década.

«Estamos extremamente satisfeitos por ver este plano tão aguardado por fim adotado, mas o trabalho só agora está a começar», afirma o relator do parecer, **Giuseppe Guerini**. «Agora é o momento de o concretizar com medidas ambiciosas e orientadas para o longo prazo. O CESE tem

muitas propostas inovadoras e concretas para garantir que se tira pleno partido do potencial da economia social no maior número possível de Estados-Membros».

O CESE destaca quatro domínios principais em que o plano deveria ir mais longe e prever as seguintes medidas:

- a promoção de formas mais flexíveis de cooperação entre as administrações públicas e as empresas da economia social que colaboram a nível local na prestação de serviços de interesse geral, fazendo uma distinção clara na diretiva relativa aos contratos públicos entre a prossecução do interesse geral e as atividades orientadas para a concorrência;
- uma intervenção regulamentar, eventualmente sob a forma de orientações, para clarificar os requisitos de acesso aos auxílios estatais e o montante do apoio disponível para os Estados-Membros, para que estes possam valer-se de toda a flexibilidade disponível para ajudar as empresas da economia social. A organização de webinários e seminários específicos para esse fim, como propõe a Comissão, afigura-se insuficiente;
- um sistema de garantia para o acesso a créditos e empréstimos, à semelhança do que já existe para as PME em toda a UE, a criar pelos Estados-Membros com o apoio da UE. Embora a criação de novos produtos financeiros para mobilizar financiamento privado para as empresas da economia social seja uma ótima iniciativa, a verdade é que muitas delas necessitam de apoio até para financiar as suas atividades correntes;
- a tributação específica para a economia social é uma medida positiva, mas importaria promover uma harmonização fiscal coordenada entre os Estados-Membros, eventualmente inspirada nas boas práticas de alguns deles, como as isenções fiscais sobre lucros não distribuídos, as taxas reduzidas de IVA e a redução

ou isenção dos custos de segurança social. (dm)



Europa deve combater com firmeza o aumento do discurso de ódio e dos crimes de ódio

Num parecer adotado na reunião plenária de maio, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) apoia a iniciativa da Comissão Europeia de alargar a lista de crimes da UE a todas as formas de crimes de ódio e de discurso de ódio e incentiva o Conselho a adotar essa proposta.

As organizações da sociedade civil confrontam-se com o aumento do discurso de ódio e dos crimes de ódio, tanto enquanto alvos diretos, como no seu trabalho de assistência às comunidades afetadas. Em resposta a esta situação, o CESE reconhece a necessidade de salvaguardar a dignidade humana, os direitos fundamentais e a igualdade. «A democracia e a própria UE não são possíveis se a vida das pessoas for dominada pelo medo e pela vergonha», afirma o relator Cristian Pîrvulescu.

O desenvolvimento das redes sociais e a liberdade de circulação permitiram uma maior integração da esfera pública europeia, pelo que é indispensável dispor de uma base comum para combater eficazmente o ódio. São igualmente necessárias ações de sensibilização e educação para prevenir esses crimes e identificar o seu impacto. Neste contexto, o CESE recomenda que se dê especial atenção às pessoas que exercem profissões com um papel importante na luta contra o ódio, nomeadamente os docentes, os jornalistas e os agentes responsáveis pela aplicação da lei. Além disso, insta os dirigentes políticos a agirem de forma responsável

e salienta o papel fundamental dos parceiros sociais na prevenção e na luta contra os crimes de ódio no terreno. «As organizações da sociedade civil são as guardiãs da sociedade contra o ódio», afirma a correlatora Milena Angelova. A UE deve promover os códigos de conduta e as boas práticas dessas organizações e reforçar o seu financiamento, de modo a tirar o máximo partido dos conhecimentos especializados que detêm. (gb)



Trabalho digno: os negócios nunca podem ser feitos à custa da dignidade e da liberdade das pessoas

O aumento acentuado do trabalho forçado e infantil, assim como a exploração contínua dos trabalhadores em todo o mundo tornam cada vez mais urgente a ação da UE em prol do trabalho digno.

Realizada em 4 de maio, a audição sobre o trabalho digno em todo o mundo reuniu membros do CESE, representantes das instituições europeias e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como representantes do meio académico e de organizações da sociedade civil.

A audição teve por objetivo recolher contributos para o próximo parecer do CESE sobre o tema, centrando-se na Comunicação da Comissão sobre o trabalho digno em todo o mundo, adotada em fevereiro, e na proposta de diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade.

A Comissão procura com essas iniciativas posicionar a UE enquanto defensora do trabalho digno na Europa e no resto do mundo e conferir a milhões de pessoas a possibilidade de trabalharem e viverem em dignidade.

«Temos a esperança num futuro em que todo o trabalho é digno. Mas o trabalho digno não é ainda uma realidade para centenas de milhões de pessoas em todo o mundo, o que dificulta a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável», afirmou a relatora do parecer do CESE, **María del Carmen Barrera Chamorro**.

A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais a situação no mundo do trabalho, com muitos países a comunicarem uma subida acentuada das condições de trabalho precárias. Afetou de forma desproporcionada as mulheres, bem como os grupos vulneráveis como as crianças e os trabalhadores da economia informal. Já antes de a pandemia eclodir, o número de crianças envolvidas em trabalho infantil começara a subir, tendo aumentado mais de oito milhões entre 2016 e 2020, após uma descida anteriormente.

Esse número situa-se atualmente nos 160 milhões de crianças vítimas de trabalho infantil, ou seja, uma em cada dez crianças no mundo. Por sua vez, 25 milhões de pessoas são vítimas de trabalho forçado. No futuro próximo, 46 milhões de crianças poderão vir a juntar-se a esses números enquanto vítimas de trabalho infantil, devido a uma cobertura de proteção social deficiente.

A iniciativa da UE visa encorajar um comportamento responsável e sustentável das empresas nos mercados domésticos, nos países terceiros, assim como ao longo das cadeias de valor mundiais. As políticas da UE em matéria de responsabilidade social das empresas e transparência serão os instrumentos principais para o efeito. Prevê-se igualmente a adoção de um instrumento jurídico para proibir os produtos oriundos do trabalho forçado. Todas as políticas promoverão a igualdade de género e a não discriminação.

«Congratulamo-nos com a iniciativa da Comissão, mas necessitamos de uma agenda mais ambiciosa e de uma estratégia política integrada assente dos direitos humanos universais. O trabalho digno é do interesse das pessoas, mas também das empresas, dos consumidores e do planeta», concluiu **María del Carmen Barrera Chamorro**. (II)



UE deve eliminar obstáculos ao emprego dos jovens com deficiência

Uma audição do CESE, realizada em 8 de abril, que reuniu os principais intervenientes nas políticas em matéria de deficiência, incluindo os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, aponta para a necessidade de aumentar a taxa de emprego das pessoas com deficiência, em especial dos jovens. Apesar dos esforços desenvolvidos a nível jurídico, os dados mostram que muitos deles continuam a ser vítimas de discriminação no mundo do trabalho devido aos estereótipos que os classificam como improdutivos.

A conclusão principal da audição foi que a nova Estratégia da UE sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece os problemas que os jovens com deficiência enfrentam em matéria de emprego e educação.

No entanto, os parceiros sociais consideram que ainda não se sabe qual será o nível de ambição das medidas propostas.

Os jovens com deficiência deparam-se com dificuldades quando tentam entrar no mercado de trabalho, tanto no setor privado como no setor público. Com efeito, a taxa de desemprego das pessoas com deficiência é desproporcionadamente elevada em comparação com a da população em geral, especialmente no caso das mulheres e dos jovens. De acordo com os dados mais recentes disponíveis a nível da UE, as pessoas com deficiência têm 24,4% menos probabilidades de serem contratadas. A pandemia de COVID-19 parece ter reforçado esta tendência.

Daphne Nathalie Ahrendt, gestora principal de investigação da Eurofound, apresentou os resultados de um inquérito levado a cabo por aquele organismo, em que 27% dos inquiridos com deficiência estavam desempregados, em comparação com 12% dos inquiridos sem deficiência. Da mesma forma, 55% dos inquiridos com deficiência são considerados financeiramente frágeis, em comparação com 38% dos inquiridos sem deficiência. Além disso, uma larga maioria dos inquiridos com deficiência apresenta uma maior probabilidade de sofrer de depressão ou solidão.

Francesca Sbianchi, da Comissão da Juventude do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência, observa que «muitos de nós somos confrontados com o aumento do custo de vida, pelo que dependemos de serviços de apoio e de subsídios de invalidez para viver com dignidade». Um dos principais requisitos para pôr termo à desigualdade neste domínio passa por permitir que as pessoas com deficiência mantenham o subsídio de invalidez quando começam a trabalhar, para lhes dar tempo para se tornarem financeiramente independentes.

Stefan Tromel, da Organização Internacional do Trabalho, observou que, embora as novas formas de emprego constituam uma oportunidade para a inclusão de mais pessoas com deficiência no mercado de trabalho, os dados da OCDE relevam que existe um fosso digital entre as pessoas com e sem deficiência, pelo que o teletrabalho deve continuar a ser uma escolha individual. A fim de eliminar este fosso e melhorar a acessibilidade do local de trabalho, os sindicatos devem trabalhar em conjunto com os parceiros sociais. Os conselhos económicos e sociais dos vários países poderão constituir uma plataforma útil para a sua cooperação.

As pessoas com deficiência estão sujeitas a uma maior discriminação quando são jovens. No âmbito do Ano Europeu da Juventude de 2022, é essencial compreender melhor a realidade com que se defronta este grupo. (rl)



[Novas fontes de financiamento do orçamento da UE devem ser estáveis, justas e favoráveis às empresas](#)

O Comité insta a Comissão Europeia a realizar avaliações de impacto mais específicas das suas propostas de novas fontes de financiamento do orçamento da UE destinadas a reembolsar a dívida contraída no âmbito do Instrumento de Recuperação da UE (NextGenerationEU).

O CESE concorda, de modo geral, com a proposta de receitas de «recursos próprios» da UE para o orçamento. No entanto, estas devem ser estáveis e justas e não devem sobrecarregar os agregados familiares nem as empresas.

Num parecer adotado na reunião plenária de maio, o CESE insta também a Comissão a assegurar que as suas propostas são capazes de resistir a choques económicos e alerta para a possibilidade de estas propostas serem ineficazes perante as consequências do aumento dos custos da energia devido à guerra na Ucrânia.

«A conceção dos novos recursos próprios não deve comprometer os orçamentos dos outros programas e instrumentos da UE nem aumentar os recursos baseados nas contribuições em função no RNB», afirmou **Philip von Brockdorff**, relator do parecer. O correlator **Antonio García del Riego** acrescentou: «O CESE

aplaude os esforços da OCDE para garantir que as empresas mundiais sejam tributadas onde ocorrem as atividades económicas e de criação de valor, mas adverte que a aplicação das novas regras antes dos principais parceiros comerciais não deve colocar as empresas da UE em desvantagem concorrencial». (tk)



Política de concorrência deve estar à altura das novas ambições da UE

As regras em matéria de concentrações, anti-trust e controlo dos auxílios estatais devem ser revistas para estar à altura das ambições climáticas e digitais da União e ajudar a alcançar a autonomia estratégica, o que exigirá investimentos avultados. Dois novos pareceres do CESE explicam qual deve ser o teor dessa revisão.

Um debate realizado na reunião plenária do CESE, em 19 de maio, centrou-se em dois novos relatórios que abordam a política de concorrência da UE e os auxílios estatais aos serviços sociais e de saúde num contexto global que sofreu alterações.

No relatório sobre a [Comunicação da Comissão – Uma política de concorrência adaptada aos novos desafios](#), o CESE insta a Comissão Europeia a ir mais longe do que nunca na revisão em curso da política de

concorrência da UE.

Embora as medidas adotadas para fazer face à COVID-19 e, posteriormente, à agressão russa na Ucrânia tenham constituído uma grande ajuda para as empresas, precisam de ser melhoradas. Importa igualmente assegurar que os critérios de elegibilidade permitem a todos os setores beneficiar das medidas e não deixam de fora as empresas mais afetadas.

No que diz respeito ao quadro geral do direito da concorrência, embora este se tenha adaptado a uma série de desafios, não abraça suficientemente os objetivos estratégicos da UE, ou seja, as transições ecológica e digital e a resiliência. Essas ambições exigem um investimento público e privado muito avultado e devem ser apoiadas ao máximo, realça o CESE.

Por vezes, as medidas de controlo das concentrações e fusões são vistas como um obstáculo à concorrência com os EUA e a China. As disposições relativas ao abuso de posição dominante não estão necessariamente em consonância com os novos desafios ecológicos e digitais.

«Recomendamos alguns ajustes técnicos para facilitar o acesso ao apoio, assim como formas de ter mais em conta a evolução do domínio digital e da inovação. Apresentámos também propostas que visam assegurar que todos os setores beneficiam das medidas, e não apenas o setor industrial. Estou a pensar nomeadamente no setor comercial e nas PME», afirmou a relatora do parecer, **Emilie Prouzet**.

Num segundo parecer, o CESE analisou os **Auxílios estatais – Serviços sociais e de saúde**.

«A pandemia de COVID-19 veio mostrar que os sistemas de saúde e proteção social têm de ter a capacidade de se adaptar rapidamente à mudança», afirmou o relator **Giuseppe Guerini** (Grupo das Organizações da Sociedade Civil, IT). «As medidas que propomos contribuirão para simplificar e acelerar a concessão dos auxílios estatais.»

O CESE assinala que o setor dos serviços sociais e de saúde tem um impacto reduzido na concorrência transfronteiriça, já que, na sua maioria, são serviços organizados localmente dentro de cada país e utilizados essencialmente no local onde são prestados. Neste sentido, os auxílios estatais a esse setor não devem ser considerados como uma distorção da concorrência.

Outra proposta importante diz respeito ao montante máximo de auxílio estatal permitido. O CESE considera que, para esses serviços, o limite máximo para a notificação dos auxílios à Comissão (atualmente de 500 000 euros ao longo de três exercícios fiscais), que desencadeia um processo moroso e complexo, deve ser mais elevado do que para outros serviços de interesse geral (SIEG). Tal justifica-se pela sua função de interesse público, pelo seu impacto limitado no comércio transfronteiriço e pelo retorno da inflação. (dm)



Sustentabilidade da indústria das embalagens essencial para proteger o planeta

Num **parecer**, proposto pela **Comissão Consultiva das Mutações Industriais (CCMI)** e adotado na reunião plenária de maio, o **Comité Económico e Social Europeu (CESE)** recomenda que a **Comissão Europeia e os governos nacionais, em consulta com todas as partes interessadas da indústria das embalagens, tomem as iniciativas necessárias, que englobem todo o ciclo de vida dos produtos, para aumentar a sustentabilidade do setor.**

A maioria das enormes quantidades de materiais de embalagem atualmente utilizados para a segurança, higiene, transporte, conservação, apresentação e aplicação de todos os tipos de produtos, seja para fins industriais, trabalhos de construção, sistemas de comunicação ou consumo individual, é de origem carbónica ou metálica, recursos em si limitados.

«A futura legislação da UE deve focar-se em todo o ciclo de vida dos produtos para promover a economia circular. A produção, o consumo e o tratamento de resíduos na indústria das embalagens são essenciais para avançar no sentido de um futuro sustentável», declarou **Matteo Carlo Borsani**, relator do parecer.

O parecer inclui uma lista das matérias-primas preferidas: as embalagens que utilizam fibras naturais e outros materiais naturais podem contribuir eficazmente para um crescimento dissociado da utilização de recursos. Os materiais renováveis são duradouros, atrativos, recicláveis e biodegradáveis.

A perceção e interação dos consumidores com as embalagens também está a evoluir. É fundamental que a indústria e os consumidores mudem os seus hábitos no que toca às embalagens.

O CESE incentiva igualmente o estabelecimento de um diálogo social europeu entre as federações sindicais e as federações de empregadores no setor das embalagens. Tendo em conta a importância das embalagens em todos os setores da economia, o parecer sublinha também a necessidade de a Comissão Europeia criar um fórum anual sobre embalagens e resíduos de embalagens com a participação de partes interessadas e representantes das instituições europeias, a fim de acompanhar a aplicação da diretiva e identificar boas práticas relativas à regulamentação aplicável às embalagens sustentáveis. (ks/rl)



Restabelecer ciclos do carbono sustentáveis: CESE apoia ponto de vista da Comissão Europeia

Num **parecer** adotado na reunião plenária de maio, o **Comité Económico e Social Europeu (CESE)** apoia a comunicação da **Comissão Europeia sobre ciclos do carbono sustentáveis** e afirma que a **política agrícola comum (PAC)** deve fornecer o **quadro político para a transição hipocarbónica do setor agrícola**.

Dada a urgência da ação climática, a União Europeia consagrou na lei o seu objetivo de neutralidade climática de toda a economia até 2050. A via para alcançar este objetivo ambicioso implica estabelecer ciclos do carbono sustentáveis e resilientes às alterações climáticas através de ações fundamentais, como a reciclagem do carbono proveniente de fluxos de resíduos, de fontes sustentáveis de biomassa ou diretamente da atmosfera e o aumento de soluções de remoção do carbono que capturem dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera e o armazenem a longo

prazo.

«Para resolver a equação da neutralidade carbónica, é necessário, simultaneamente, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, encontrar substitutos ecológicos para o carbono fóssil e aumentar os sumidouros de carbono», afirmou **Arnold Puech d'Alissac**, relator do parecer, acrescentando que o CESE apoia a comunicação da Comissão Europeia sobre ciclos do carbono, que propõe duas soluções para eliminar e sequestrar o carbono: as soluções baseadas na natureza (fixação de carbono nos solos agrícolas) e as soluções tecnológicas industriais.

Por conseguinte, o CESE incentiva a Comissão Europeia a adotar uma abordagem holística neste contexto: aumentar os sumidouros de carbono e substituir o mais possível o carbono fóssil implicará necessariamente um aumento da produção de biomassa, o que terá impacto no setor dos solos. Este setor poderá

desempenhar um papel ativo na luta contra o aquecimento global e contribuir simultaneamente para a transição mais geral rumo a um sistema alimentar sustentável.

A fixação de carbono nos solos agrícolas deve ser considerada não só uma oportunidade comercial, mas também um elemento fundamental do futuro da agricultura europeia e um instrumento de luta contra as alterações climáticas: os créditos de carbono devem compensar um serviço prestado, nomeadamente o sequestro do carbono atmosférico, mas devem também acompanhar a transição hipocarbónica do setor agrícola.

O Comité destaca também o papel fulcral a desempenhar pela PAC enquanto quadro político que abra o caminho para a transição hipocarbónica do setor agrícola: uma agricultura que emite menos e que sequestra mais. Contudo, salienta igualmente que o armazenamento de carbono não deve ser uma condicionalidade da PAC e que importa criar e apoiar um mercado específico. O CESE considera que o desenvolvimento da fixação de carbono nos solos agrícolas exigirá um quadro jurídico claro e comum aos vários Estados-Membros, tendo em conta as disparidades entre os Estados-Membros no tocante à capacidade de investimento e de acompanhamento. (ks)



[CESE sublinha carácter prioritário de um aprovisionamento de energia seguro e a preços acessíveis](#)

A independência energética é fundamental para o futuro da Europa: a UE tem de garantir a segurança do aprovisionamento de energia o mais rapidamente possível, libertando-se do gás russo e acelerando drasticamente a transição para as energias limpas. Esta é a conclusão principal do Parecer - REPowerEU: ação conjunta europeia para uma energia mais segura e mais sustentável a preços mais acessíveis, elaborado por Thomas Kattinig, Alena Mastantuomo e Simo Tiainen, e adotado na

reunião plenária de maio.

O CESE apoia a comunicação da Comissão Europeia - REPowerEU, aprovada pelo Colégio de Comissários no mesmo dia que o parecer do CESE, e afirma que a mesma está em linha com os objetivos do Pacto Ecológico e da União Europeia da Energia. Além disso, a proposta estabelece novas ações destinadas a intensificar a produção de energia verde, diversificar o aprovisionamento e reduzir a procura do gás russo, que provocou um aumento significativo dos preços no mercado da eletricidade, devido à manipulação do mercado.

O CESE alerta também que a UE deve mostrar especial prudência quanto ao impacto no ambiente dos recursos que substituem o gás russo, bem como à possibilidade de uma nova dependência de países terceiros que não partilhem dos valores europeus.

A situação geopolítica atual causada pela invasão da Ucrânia pela Rússia agravou ainda mais o aumento inédito dos preços da energia com que a UE se confronta desde há alguns meses. Por conseguinte, é muito importante adotar medidas imediatamente para atenuar o impacto dos preços elevados nos agregados familiares, nos agricultores, nas empresas e na indústria europeia. (mp)



[CESE apela a medidas mais concretas para apoiar e proteger jornalistas bielorrussos independentes](#)

Desde agosto de 2020, o regime autoritário de Aleksandr Lukashenko lançou um ataque em grande escala à sociedade civil, aos jornalistas independentes, aos bloguistas e aos escritores da Bielorrússia. O CESE publicou um relatório de informação sobre a situação dos meios de comunicação social no país, apresentando recomendações sobre a forma de apoiar as empresas de comunicação social e os jornalistas bielorrussos que fugirem do país e os que nele permanecem a combater o regime.

Tatjana Babrauskienė, membro do CESE e relatora do [Relatório de informação – Apoio ao setor dos meios de comunicação social independentes na Bielorrússia](#), que apresentou na reunião plenária do CESE, em maio, sublinhou o contributo importante de **Hanna Liubakova**, jornalista bielorrussa independente nomeada conselheira, para a

elaboração do relatório no seu conjunto. «É importante reconhecer o trabalho incrível dos jornalistas bielorrussos, muitas vezes pondo em risco a própria vida e das suas famílias apenas para nos fazer chegar a verdade. Temos o dever de os proteger e de os apoiar», declarou a relatora.

Dado que a situação dos meios de comunicação social na Bielorrússia é uma questão europeia, o CESE propõe que os Estados-Membros não só cooperem com agências noticiosas independentes da Bielorrússia, mas também que ajudem a divulgar e a comunicar notícias do país.

O relatório de informação, um exemplo mundial de apoio à liberdade dos meios de comunicação social em situações de crise, apresenta uma série de recomendações específicas, nomeadamente:

- isenção de visto aos jornalistas bielorrussos que fogem à repressão;
- criação de um fundo europeu e de fundos nacionais nos Estados-Membros para apoiar os meios de comunicação social e os jornalistas bielorrussos livres;
- apoio jurídico, financeiro e psicológico para os jornalistas que são alvo de repressão;
- integração de jornalistas bielorrussos independentes nos Estados-Membros da UE, empregando-os ou oferecendo-lhes bolsas;
- diminuição dos requisitos burocráticos para obter apoio financeiro da UE;
- equipamento informático para aceder à Internet e ferramentas digitais para contornar a censura.



Políticas concretas imprescindíveis para o futuro dos jovens dos Balcãs Ocidentais

Os participantes na audição sobre a «Política para a juventude nos Balcãs Ocidentais, no âmbito da Agenda de Inovação para os Balcãs Ocidentais», realizada pelo CESE, reafirmaram a importância dos jovens para o futuro da região. Além disso, chamaram a atenção para o problema da «fuga de cérebros» e salientaram que a transformação desta situação numa «circulação de cérebros» poderia estimular o crescimento económico e o desenvolvimento nos Balcãs Ocidentais.

Dragica Martinović Džamonja, membro do CESE, afirmou: «Os jovens são um recurso vital para o desenvolvimento e um fator essencial para a paz e a estabilidade».

Na mesma linha de pensamento, **Andrej Zorko**, também membro do CESE, declarou: «Os jovens não devem ser objeto de um projeto, mas têm de ser realmente uma componente ativa na elaboração das políticas».

Dafina Peci, diretora de Tirana – Capital Europeia da Juventude 2022, salientou a importância das organizações de jovens e da sociedade civil e apresentou o trabalho da Plataforma da Juventude dos Balcãs Ocidentais, que há anos se mantém ativa nos seis países dos Balcãs Ocidentais.

Fuga de cérebros transformada em captação de cérebros

Não é possível assegurar um futuro próspero para os jovens com sistemas educativos desadequados, escassez de competências, condições de emprego precárias e oportunidades limitadas.

Albert Hani, secretário-geral do Gabinete de Cooperação Regional da Juventude (CGRJ), afirmou que cerca de 52% dos jovens gostariam de viver fora desta região e que, «para persuadirem os jovens a permanecer no seu país, os governos têm de demonstrar que estão empenhados em atender às suas necessidades e prioridades».

Milica Škiljević, gestora de projetos na Escola Aberta de Belgrado, chamou a atenção para a falta de informação sobre as perspetivas de carreira e de emprego.

Ognjen Marković, chefe de equipa do projeto «Laboratório da Juventude dos Balcãs Ocidentais» no Conselho de Cooperação Regional, explicou o valor acrescentado da participação dos jovens, já que estes podem contribuir com conhecimentos e competências especializadas, desde que sejam colocados em pé de igualdade com os decisores políticos.

A iniciativa da Garantia para a Juventude dos Balcãs Ocidentais, em conjunto com as redes de jovens e as partes interessadas nacionais, poderá marcar o início de um processo de reformas, reforçando a empregabilidade da geração mais jovem da região. (at)



Correr pela Ucrânia

Em nome do Comité Económico e Social Europeu (CESE), a vice-presidente **Giulia Barbucci** participou na 42.ª edição da corrida de 20km de Bruxelas, que teve lugar em 29 de maio, juntamente com representantes de outras instituições da UE, nomeadamente **Roberta Metsola**, presidente do Parlamento Europeu.

Na opinião de **Giulia Barbucci**, este evento é muito importante, especialmente agora. «A famosa corrida dos 20km de Bruxelas, na qual participaram 33 000 cidadãos europeus e representantes das instituições da UE, enviou uma mensagem forte pela paz e de união com a Ucrânia», declarou a vice-presidente.

Mais de 33 000 pessoas de 137 nacionalidades diferentes participaram na corrida deste ano, assim como 800 membros do pessoal da equipa «Correr pela Ucrânia». Tal como em 2021, a corrida foi ganha pelo belga

Amaury Paquet, que correu a distância de 20km em 1h00,01.

O evento deste ano foi dedicado à união da União Europeia com a Ucrânia. Os fundos recolhidos para este evento serão doados à Organização Nacional de Escuteiros da Ucrânia, a fim de proporcionar alimentos, medicamentos, sacos-cama e outros artigos necessários, além de um apoio psicológico coordenado às pessoas e às comunidades afetadas pelo conflito. (ehp)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Regulamento Circuitos Integrados – uma iniciativa importante com alguns pontos de interrogação

Por Heiko Willems, membro do Grupo dos Empregadores do CESE

Os semicondutores são uma componente essencial em múltiplos setores económicos e domínios da vida, tanto para a indústria como para os consumidores. Além disso, não é possível cumprir os objetivos da transição ecológica e digital sem semicondutores. O Regulamento Circuitos Integrados, apresentado pela Comissão Europeia em 8 de fevereiro de 2022, deverá garantir a segurança do aprovisionamento, a resiliência e a liderança tecnológica da UE no âmbito das tecnologias e aplicações de semicondutores.

Reforçar o ecossistema de semicondutores europeu exige investimento privado e um apoio significativo do setor público. Por conseguinte, a Comissão tenciona investir 43 mil milhões de euros neste campo nos

próximos anos. No entanto, uma grande parte do orçamento será reafetada a partir de outros programas e o montante em causa representa apenas cerca de um terço do que a China pretende mobilizar até 2025. Ao mesmo tempo, a concessão de auxílios estatais significativos pode conduzir a investimentos que não são comercialmente sustentáveis e ter um impacto negativo no mercado.

A UE deve focar-se também nas necessidades da indústria europeia. A proficiência nas estruturas de dimensão reduzida (< 10 nm) não é o único fator determinante do sucesso do ecossistema de semicondutores. É necessário ter igualmente em conta os pontos fortes do setor de semicondutores europeus.

A cadeia de valor dos semicondutores é uma das cadeias de valor mais globalizadas. Por conseguinte, a criação de cadeias de valor fechadas em todas as partes do mundo não faria sentido do ponto de vista económico. Em vez disso, é importante realizar uma análise pormenorizada dos pontos fortes e fracos do ecossistema de semicondutores europeu que funcione como ponto de partida para um debate sobre formas de utilizar investimentos específicos para aumentar a resiliência da Europa. Paralelamente, a UE deve reforçar as suas parcerias internacionais.

É necessário ter em conta esta situação também no que diz respeito às medidas de emergência previstas, que são de grande envergadura. A priorização das encomendas para setores críticos, os regimes de aquisição conjunta e os controlos das exportações são intervenções consideráveis no mercado que é importante reservar para situações excecionais.

O CESE debaterá o [Parecer - Regulamento Circuitos Integrados europeu](#) (INT/984) na reunião plenária de junho.



Dar seguimento às exigências dos cidadãos após a Conferência sobre o Futuro da Europa

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

Após um ano de trabalho intenso, a Conferência sobre o Futuro da Europa emitiu, por fim, as suas recomendações, com um conjunto de [propostas ambiciosas](#) para uma Europa mais justa e mais forte apresentadas por cidadãos de toda a UE, em colaboração com os parceiros sociais e outros intervenientes. Os cidadãos deixaram claro que a União Europeia deve reforçar a ação em questões que os afetam, tais como as desigualdades, a pobreza, a luta contra as alterações climáticas e a proteção da democracia. Foi reflexo disto, por exemplo, a inclusão de um protocolo relativo ao progresso social, com vista a assegurar que os direitos sociais e laborais estão em pé de igualdade com as quatro liberdades fundamentais do mercado único. Os cidadãos

também solicitaram uma Europa mais ambiciosa, que fale em uníssono na cena internacional, seja capaz de reagir ao seu entorno, se aproxime dos seus cidadãos e seja mais transparente no seu funcionamento.

Porém, este trabalho não pode ter como conclusão uma simples declaração de boas intenções, ou palavras vãs. É fundamental dar-lhe um seguimento concreto, ou seja, organizar uma convenção e explorar a possibilidade de criar estruturas permanentes de participação dos cidadãos, processo para o qual o Comité Económico e Social Europeu (CESE) estaria particularmente bem equipado. Enquanto casa da sociedade civil organizada e da democracia deliberativa na UE, o CESE deve assegurar que as propostas ambiciosas dos cidadãos se transformam em políticas concretas. Os cidadãos foram consultados e pronunciaram-se. O Grupo dos Trabalhadores organizou uma [conferência de alto nível](#) com membros das várias estruturas da Conferência, a fim de debater as recomendações e o eventual seguimento a dar a este objetivo, dando continuidade ao processo. Cabe agora às instituições agir. (prp)



Grupo das Organizações da Sociedade Civil: eis o novo nome do Grupo Diversidade Europa do CESE

Pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE

Em 18 de maio de 2022, o [Grupo Diversidade Europa \(Grupo III\) do Comité Económico e Social Europeu \(CESE\)](#) decidiu, por unanimidade, alterar o seu nome para «Grupo das Organizações da Sociedade Civil», com efeito imediato.

Séamus Boland, presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil, afirmou: «A crise económica e financeira, a pandemia de COVID-19 e agora a guerra na Ucrânia demonstraram quanto as organizações da sociedade civil contribuem ativamente para a resiliência e a sustentabilidade das nossas comunidades: dão resposta aos desafios, defendem os nossos valores europeus e são essenciais para a execução

de políticas eficazes. As organizações da sociedade civil são, pois, intervenientes fundamentais para um futuro sustentável e devem ser reconhecidas como tal».

Neste contexto, o Grupo III decidiu alterar a sua designação, a fim de proporcionar maior clareza às partes interessadas quanto à sua composição e missão.

A mudança de nome é especialmente oportuna tendo em conta o [relatório](#) final sobre os resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa. O relatório propõe o reforço das estruturas existentes, a fim de refletir melhor as necessidades e expectativas dos cidadãos da UE no processo de decisão e, neste contexto, a consolidação do papel institucional do CESE, tornando-o um verdadeiro facilitador e dinamizador de atividades no domínio da democracia participativa, como o diálogo estruturado com as organizações da sociedade civil e os painéis de cidadãos.

No mandato da presidência de 2020 a 2023, as atividades do Grupo das Organizações da Sociedade Civil centram-se na temática «A pobreza e o papel das organizações da sociedade civil para a combater».

Para mais informações sobre o grupo, consultar o [sítio Web do CESE](#).

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



Biodiversidade: artistas mobilizam-se

Uma nova geração de artistas faz da biodiversidade e da natureza o objeto central do seu trabalho artístico. A exposição em linha «**Biodiversidade: artistas mobilizam-se**» põe em destaque a ligação entre os seres humanos e a natureza de uma forma verdadeiramente única. Coorganizada com a Presidência francesa do Conselho da UE, estará patente de 20 de maio a 20 de junho de 2022.

Neste projeto de arte em linha, cinco jovens artistas de referência foram selecionados pela delegação francesa no Comité Económico e Social Europeu em reconhecimento do trabalho desenvolvido em prol da divulgação e popularização destes temas.

Os artistas foram selecionados de entre os 21 galardoados com o Prémio «Planète Art Solidaire», atribuído em 2021 pela organização sem fins lucrativos [Art of Change 21](#). Esta exposição 100% virtual apresenta uma obra de cada artista, acompanhada de uma explicação do próprio, bem como de um curto vídeo em que cada artista fala sobre o seu trabalho. (ck)

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Amalia Tsoumani (at)
Chrysanthi Kokkini (ck)
Daniela Marangoni (dm)
Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarida Reis (mr)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)
Joris Vanderlinden (jv)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

07/2022